

Deputados aprovam terceirização total. Retrocesso. Precarização do trabalho



7 de abril de 2015: violência policial durante protesto de trabalhadores contra o PL 4330, em Brasília

A Câmara dos Deputados votou contra os trabalhadores no último dia 22 ao aprovar o Projeto de Lei (PL) 4302/98, que permite a terceirização de todas as atividades das empresas privadas e de parte do setor público, incluindo a chamada atividade-fim. Apresentado há 19 anos e aprovado pelo Senado em 2002, o PL 4302/98 regulamenta a precarização do trabalho. Placar da votação: 231 votos a favor, 188 contra e oito abstenções.

Sindicato em Brasília

A votação do PL 4302/98 foi acompanhada pelo vice-presi-

dente do Sindicato, Mauri Sérgio, pelos diretores Jacó Bastos e Marcelino José e pelo assessor Celso Toledo. Inclusive no último dia 21, quando o PL 4302/98 seria votado, os diretores do Sindicato participaram de manifestações na Esplanada dos Ministérios.

PL 4330 vira PLC 30

O PL 4302/98 não é o primeiro que trata da terceirização. Em 2013, voltou a tramitar na Câmara o PL 4330/2004, visando regulamentar a terceirização e foi aprovado também num dia 22, mas de abril de 2015. Hoje, o PL 4330 tramita hoje no Senado



14 de agosto de 2012: lançamento da Campanha da categoria, em Campinas; terceirização na pauta de mobilização

como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015 e prevê a terceirização da atividade-fim das empresas do setor privado, mediante uma série de exigências.

A mobilização contra o PL 4330, cabe resgatar, foi intensa a partir do segundo semestre de 2013. Além de manifestações e atos públicos, o Sindicato realizou panfletagem, envio de e-mails aos parlamentares e no Dia Nacional de Paralisação, em 15 de abril de 2015, os bancários atrasaram em uma hora a abertura de 16 agências instaladas na área central de Campinas. Nesses dois

anos de retomada da luta contra o PL 4330/2004, as centrais sindicais buscaram construir uma regulamentação sem prejuízo aos trabalhadores. Porém, os parlamentares conservadores, como no último dia 22, venceram a batalha. Mas, a guerra não acabou.

Mobilização

Para a presidente do Sindicato, Stela, é preciso resistir contra a terceirização. "O Sindicato, como sempre, não vai se calar. A categoria será convocada para o enfrentamento com os bancos. Impedir a precarização do trabalho bancário é prioridade".



6 de agosto de 2013: panfletagem contra o PL 4330 na Avenida Norte-Sul, em Campinas



28 de novembro de 2013: Ato contra o PL 4330 na Câmara dos Vereadores de Campinas

Agência digital: Itaú impede acesso do Sindicato

Denny Cesare

Desde a instalação da agência digital em Campinas, no primeiro semestre do ano passado, o banco Itaú impede que os diretores do Sindicato visitem o novo local de trabalho para conversar, trocar ideias, com os trabalhadores bancários. Essa arcaica medida deixa no ar que algo não está em sintonia com os direitos da categoria bancária na 'futurista' agência digital, 'vendida' como algo revolucionário, sem atendimento, claro, presencial.

O banco das famílias Setubal, Salles e Villela tem hoje oito polos de agências digitais, sendo sete em São Paulo e uma no Rio de Janeiro. Em reunião realizada há quase um ano atrás, no dia 6 de abril de 2016, os sindicatos denunciaram aos representantes da maior instituição financeira privada do país vários problemas detectados nas agências digitais; entre eles, sobrecarga de funções, assédio moral, ambiente insalubre (funcionários são obrigados a trabalhar oito horas com headset) e divulgação do ranking de vendas. Quanto a este último ponto, a cláusula 37ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) proíbe a



15 de março de 2017: manifestação em frente ao prédio onde o Itaú instalou a agência digital

exposição do ranking individual. No que se refere ao headset, a Norma Regulamentadora 17 (NR17) determina jornada máxima de seis horas para quem trabalha logado e, no mínimo, três pausas (uma de 20 minutos e duas de 10 minutos).

Mais recentemente, no último dia 7 de fevereiro, os sindicatos voltaram a reivindicar o acesso semanal às agências digitais junto ao diretor da Digital Itaú, Felipe Wei, e ao superintendente de RH, Mar-

co Aurélio Oliveira. Até o momento, nenhum sinal verde dos representantes do Itaú.

Avaliação

O diretor do Sindicato Vandernilson da Cunha Claro destaca que "o trabalho dos bancários pode mudar. Porém, a tecnologia não pode se transformar em feramentas que intensificam ainda mais o ritmo de trabalho, pressionam os trabalhadores bancários em nome de lucros incessantes e impedem a ação sindical. Sem fa-

lar que a pressão continua nas chamadas reuniões de *feedback*, quando as chefias ameaçam com demissões e citam questões pessoais em detrimento das profissionais".

Para o vice-presidente do Sindicato, Mauri Sérgio, "vamos insistir em adentrar à agência digital para conversar com mais de 300 bancários. Esse é o nosso papel: discutir com a categoria e encontrar soluções para os problemas".

PREVIDÊNCIA

Encontro discute contribuição extra para cobrir deficit do Economus

Denny Cesare

Mais de 110 pessoas participaram do Encontro que discutiu o equacionamento do deficit do Economus, que prevê contribuições extraordinárias, realizado no último dia 22 na sede do Sindicato.

O Encontro contou com a participação da diretoria executiva do Economus: Lúcia Helena Cruz Moya Cuevas (superintendente), Adilson Nascimento Ferreira (administrativo), Maurício Messias (seguridade) e Marcelo Gonçalves Farinha (financeiro).

Contribuições extras: funcionário da ativa: 2,04%; aposentado: 3,2%. E mais: criação de fundo previdencial, com contribuição dos funcio-



Encontro na sede do Sindicato, em Campinas

nários da ativa (4,19%), aposentados (1,98%) e pensionistas (4,19%). O Banco do Brasil também vai contribuir com os mesmos percen-

tuais. Cabe destacar que os participantes do Economus são funcionários da Nossa Caixa, incorporada pelo BB.

Sindicato dos Bancários CUT Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO

PRESIDENTE: ANA STELA ALVES DE LIMA

JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIRO GIMENEZ (MTB 13.683)

DIRETOR DE IMPRENSA: LOURIVAL RODRIGUES

IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES

SEDE: RUA FERREIRA PENTEADO, 460, CENTRO.

FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602

CLUBE: (19) 3251-3718

SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869

AMPARO: (19) 3807-6164

Mogi GUAÇU: (19) 3841-3993

SJB VISTA: (19) 3622-3514

INTERNET: WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

E-MAIL: JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

TIRAGEM: 10.000 EXEMPLARES

FILIADO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

Justiça condena Bradesco a pagar indenização de R\$ 2 milhões por impedir direito de greve

Júlio César Costa



Bradesco chama a polícia militar durante a greve, em 2008

O juiz Rafael Marques de Setta, da 11ª Vara do Trabalho de Campinas, condenou o Bradesco por prática antissindical durante greve da categoria nos anos 2008 e 2009, em Limeira e Campinas, respectivamente, ao julgar ação civil pública ingressada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em fevereiro último.

O juiz da 11ª Vara do Trabalho de Campinas determinou ao Bradesco o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 2 milhões, a ser repassado a uma entidade indicada pelo MPT.

Em sua sentença, o juiz Rafael Marques de Setta proíbe o Bradesco de “praticar, direta ou por meio de gerentes ou quaisquer prepostos, representantes ou terceiros contratados, atos que frustrem o direito de greve...”. Proíbe também que representantes do banco liguem para os funcionários convocando para o trabalho, determinem transferência para unidades de trabalho sem greve, ameacem com demissões, usem o “Poder Judiciário com meio para constranger a adesão”; dentre outras práticas antissindicais.

A ação civil pública do MPT originou a partir de denúncias

apresentadas pelo Sindicato dos Bancários de Limeira, em 2008, e pelo Sindicato dos Bancários de Campinas e Região no ano seguinte, em 2009, contra a atitude do Bradesco em cercear o direito de greve em suas unidades de trabalho. Em 2013, o MPT ingressou ação na citada Vara do Trabalho de Campinas.

Avaliação

Para o diretor jurídico do Sindicato, Gustavo Frias, “trata-se de uma decisão em primeiro grau; o Bradesco pode recorrer. A condenação, vale ressaltar, é um antídoto para combater o desrespeito ao direito de greve”.



Livreto sobre reforma da Previdência

Peço o seu exemplar ao diretor do Sindicato. Veja na última página distribuição em Brasília, São Paulo, Campinas e Mogi Guaçu

Jurídico

PLR para quem pediu demissão

Os bancos têm interpretado a Convenção Coletiva de forma restrita e entendem que os empregados que, por ventura, venham pedir demissão ou que sejam demitidas sem justo motivo fora do período estabelecido na CCT, não estão contempladas com o recebimento da PLR.

No entanto, o Tribunal Superior do Trabalho converteu a Orientação Jurisprudencial nº 390 SDI-I na Súmula 451 do TST, entendendo que o pagamento da PLR respeita o princípio da isonomia, dessa forma, independente da data da demissão e mesmo que a rescisão tenha por motivo o pedido de demissão, é devido o pagamento da PLR de forma proporcional, vez que, o bancário contribuiu para o resultado positivo do Banco.

Contudo, para poder pleitear o pagamento da PLR nestas condições, é necessário o ajuizamento de reclamação trabalhista perante a Justiça do Trabalho.

Persistindo dúvidas quanto ao assunto, o jurídico do Sindicato está a disposição para esclarecimentos.

Aline Carla Lopes Belloti, advogada do Departamento Jurídico do Sindicato

Sindicato distribui livreto sobre reforma da Previdência no Congresso, na Alesp e na Câmara em Campinas

E mais: lançamento em Mogi Guaçu



Guina Ferraz

Entrega do livreto ao ministro da Cultura, Roberto Freire



Senador Cristovam Buarque (PPS) recebe livreto

Diretores do Sindicato distribuíram o livreto intitulado “Reforma da Previdência. A Demolição de Direitos Sociais” no Congresso Nacional (deputados e senadores), nos ministérios, na Assembleia Legislativa de São Paulo e na Câmara de Vereadores de Campinas na semana passada, entre os dias 20 e 22.

Em Brasília, a tarefa foi executada pelos diretores Jacó Bastos e Marcelino José e pelo assessor Celso Toledo; na capital paulista, a distribuição do livreto entre os deputados foi feita pelos diretores Cris-

tiano Meibach, Lourival Rodrigues e Gustavo Frias; em Campinas, os livreto foram entregues aos vereadores pelos diretores Vandernilson da Cunha Claro e César Paixão.

Na mesma semana, mais especificamente no último dia 22, o Sindicato lançou o livreto em oito agências dos maiores bancos (BB, Caixa Federal, Itaú, Bradesco e Santander) na área central de Mogi Guaçu, antes da abertura ao público.

Em Campinas, o livreto foi lançado no Dia Nacional de Luta contra as reformas da Previdência e Tra-

balhista, 15 de março; em Americana e Sumaré o lançamento ocorreu no dia seguinte (16). O livreto será lançado em todas as subsedes do Sindicato e distribuído em toda base.

Com 44 páginas, o livreto reproduz a íntegra das palestras da socióloga Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna e da economista Denise Lobato Gentil, professoras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), proferidas em seminário sobre a Reforma da Previdência Social, realizado no último dia 16 de fevereiro, na sede do Sin-

dicato, em Campinas.

Em tramitação no Congresso Nacional desde o início de dezembro do ano passado, a PEC nº 287 altera várias regras referentes aos benefícios dos trabalhadores dos setores privado e público.

Entre as mudanças, propõe extinguir a aposentadoria por tempo de contribuição e estabelecer uma idade mínima única para aposentadoria (aos 65 anos) para praticamente todo o conjunto dos trabalhadores (urbanos e rurais; do setor público e do privado; professores; homens e mulheres).



Banco de Imagem/Seebc

Acima, deputada estadual Clélia Gomes (PHS); abaixo, vereador Paulo Hadad (PPS) recebe livreto



Acima, deputado estadual Davi Zaia (PPS); abaixo, lançamento do livreto em Mogi Guaçu



Denny Cesare

Holofoco

